Plêthos, 3, 1, 2013
www.historia.uff.br/revistaplethos
ISSN: 2236-5028

Entre egípcios e romanos: considerações a respeito de tal interação política

Luiz Henrique Souza de Giacomo (USP)

RESUMO: Durante o século I a.C., observa-se um aumento do estreitamento dos laços políticos entre os lágidas, a dinastia que governava o Egito desde fins do século IV a.C. e que era herdeira do Império Macedônio de Alexandre Magno, e os principais políticos romanos de fins do período republicano. O presente trabalho pretende analisar quais os interesses de ambas as partes envolvidas nessa aproximação das relações políticas entre esses povos, como se deu essa complicada interação e quais as conseqüências de tal processo, tendo em mente que este contato foi decisivo para o rumo da História do Mediterrâneo.

Palavras-chave: relações políticas; Roma; Egito.

Parmi egipciens et romains: considerations sur telle interaction politique

Résumé: Pendant le I^e^ siècle avant J.C., on peut voir une augmentation de l'étroitesse de liens politiques entre les lagides, la dynastie qui gouvernait l'Egypte depuis la fin du IV^e^ siècle avant J.C. et qui était l'héritière de l'Empire macédonien d'Alexandre le Grand, et les principaux politiciens romains de la fin de la République. Ce travail veut analyser quels sont les intérêts des deux parties concernées dans cette approximation des relations politiques entre ces peuples, comment c'était donné cette relation compliquée parmi romains et ptolémaïques et quelles étaitaient les conséquences de ce processus, ayant à la tête que cette relation a été décisive pour l'Histoire de la Méditerranée.

Mots-clés: relations politiques; Rome; Égypte.

***

Introdução

Quando pensamos em qual momento da História poderia ter ocorrido alguma espécie de contato e de estabelecimento de relações políticas ou de outra natureza entre os romanos e os egípcios, o período do reinado de Cleópatra VII (59-30 a.C.) é, possivelmente, um dos mais lembrados devido aos romances desta com os generais romanos Julio César e Marco Antônio e o seu posterior suicídio. A vida escolar de nível básico, toda a Indústria de bens Culturais e mesmo o senso comum pouco nos apresentam sobre o contato desses povos e quando o fazem não esclarecem completamente todos os pontos envolvidos.

Segundo Braudel, um acontecimento é algo apenas ruidoso que por si só não passa de uma peça enganosa do quebra-cabeça histórico ao cientista mal informado. Com isso, para entendermos melhor os eventos deste reinado, que se insere no final de toda uma longa cadeia de interações políticas entre romanos e egípcios e que tem como último ato os suicídios de Cleópatra e de seu marido, o general romano Marco Antônio, e a vitória de Otaviano, inimigo dos dois, precisamos recuar no passado, não em um passado tão distante como exigiria Braudel. Basta apenas dois séculos para que já se tenha os elementos necessários para o melhor entendimento sobre as causas e as conseqüências da batalha do *Actium*, em 31 a.C. (BRAUDEL, 1982: 12-14).

Tal interação política entre os lágidas e os romanos é um rico enredo de tramas políticas dentre as quais observamos testamentos que legavam o Egito aos romanos, a ganância tão presente naqueles que governavam ou pretendiam governar em um momento, a compra da legitimidade e do trono para que este não fosse subjugado, diversos assassinatos e batalhas, e, também, um quê de romance até chegarmos ao fim trágico, reproduzido por diversos escritores e pintores posteriores, o duplo suicídio dos amantes, além da vitória de Otaviano, passando agora completamente para o domínio dos romanos o último reino herdeiro do Império de Alexandre Magno.

Entre egípcios o romanos

De acordo com Donadoni, a relação entre romanos e egípcios desde o princípio fora cordial, datando o primeiro tratado de amizade e as primeiras embaixadas lágidas e romanas do reinado do primeiro Ptolomeu, em 273 a.C. (DONADONI, 1983: 205). Entretanto, Peremans e Van't Dack entendem que essas embaixadas de 273 a.C., assim como outras estabelecidas no mesmo século, tratavam mais de questões de fundo econômico do que político-cultural, visto que Roma ainda não havia entrado em sua fase 'imperialista', estando envolvida somente em problemas políticos internos da península itálica. Os autores observam que apenas a partir do século II a.C. que as relações diplomáticas entre ambos os povos começaram a ser estabelecidas de uma forma mais efetiva, para então, no século I a.C., chegarem ao seu momento de maior intensidade (PEREMANS; VAN'T DACK, 1972: 662-667).

Nossa análise sobre as relações entre os dois povos, egípcios e romanos, não compreende integralmente o recorte cronológico de três séculos que se estende desde a implantação da dinastia lágida, em 306 a.C., até a efetivação da dominação romana das terras nilóticas, em 30 a.C., com a vitória militar de Otaviano sobre a última ptolomaica, a rainha Cleópatra VII. Aprofundar-nos-emos com maior densidade nos eventos ocorridos no século I a.C., quando observamos um maior estreitamento dos laços entre os governantes desses povos. Contudo, não poderemos deixar de abordar, em nosso texto, alguns episódios referentes a esses contatos políticos dados nos séculos anteriores.

As fontes que se dedicam à narrativa de tais contatos são basicamente romanas ou influenciadas por um 'arcabouço ideológico romano', como é, por exemplo, o caso de Políbio e Plutarco. Nenhuma

delas se dedica a fazer uma análise apenas dos ptolomaicos, sendo eles apresentados através de episódios que descrevem ações de homens romanos. Clímaco aponta que há uma diferenciação bem clara na forma como são apresentados os lágidas e que isso diz respeito muito ao próprio contexto de criação dessas narrativas. Enquanto os primeiros reis Ptolomeus eram descritos como reis benfeitores, os do século II e I a.C. eram apresentados como maus reis, como responsáveis pela instalação de uma era de caos que só poderia ser amenizada com a presença romana na solução dos problemas egípcios, além de terem alguns de seus traços, os mais bizarros, ressaltados em seus retratos. Esses autores apresentam a ação romana no Egito como necessária e inevitável, procurando mostrar que as ações dos maus governantes egípcios levaram a interferência romana na região e na transformação dos assuntos de ordem política do reino quase que em responsabilidade dos romanos (CLÍMACO, 2011: 2 *et seq.*).

A partir do processo de expansão de suas fronteiras, no século II a.C., os romanos, que tinham o Oriente helenístico como um de seus focos de conquista, se mostraram cada vez mais presentes na região oriental do Mediterrâneo. Logo após a vitória contra Aníbal, Roma já havia enviado forças militares e diplomáticas para atuarem nessa região. Inicialmente, isso se deu como uma forma de enfrentar Filipe V da Macedônia que havia apoiado Aníbal na guerra púnica. Obviamente que estes não estabeleceram relações políticas somente com este reino, direta ou indiretamente, passaram a atuar nessa região. Um exemplo disso é a interferência romana na invasão do Egito e de Chipre, em 168, por Antíoco IV, soberano selêucida. Segundo Mella, "o estilo diplomático foi claramente romano e o conteúdo da mensagem, notório e ameaçador: desocupar imediatamente o Egito e restituir Chipre ao verdadeiro proprietário" (MELLA, 1981: 360). Como Antíoco IV não desejava entrar em confronto com os romanos, preferiu desocupar as terras egípcias e restituir o seu domínio aos lágidas. Com o passar dos anos, os problemas dinásticos egípcios se misturaram aos interesses romanos na região (GONÇALVES, 2009: 143), sendo esta interferência romana nas questões internas do Egito constantes, o que transformou o reino aos poucos em uma espécie de protetorado romano até ser de fato anexado à República romana (HUZAR, 1988: 347).

Após a morte de Ptolomeu V Epifânio, em 180 a.C., assumiu o trono Ptolomeu VI Filométor. Porém, um desentendimento dinástico fez ascender ao poder Ptolomeu VIII Evérgeta II, mais conhecido como Ptolomeu Físcon. Esses dois governantes tornaram cada vez mais efetiva e constante a ação dos romanos na decisão dos interesses da coroa alexandrina. Qualquer desentendimento entre os dois significava um pedido de interferência aos senadores romanos na questão. Os tronos de Alexandria e de Chipre, nesse momento, se encontravam desestabilizados, pois ambos os irmãos permutavam entre si as coroas, dependendo da decisão de Roma. Até que, em 163 a.C., o Senado propôs a divisão da coroa egípcia em dois tronos: o do Egito/Chipre, cabendo a Ptolomeu VI, e o da Cirenaica, ficando para Ptolomeu VIII. Schwentzel aponta que essa divisão da coroa egípcia foi uma importante jogada política dos romanos, que assim punham o reino dos lágidas em uma posição mais enfraquecida que a anterior (SCHWENTZEL, 2009: 20), permitindo uma maior influência do Senado nas querelas ptolomaicas. Essa

aliança Egito-Roma era muito vantajosa para os romanos devido ao fato de as terras nilóticas serem grandes produtoras de cereais, tão necessários para a manutenção de um programa militar expansionista, como o que vinha sendo empreendido por estes.

Roma voltaria a estar envolvida na disputa dinástica dos egípcios no momento da morte de Ptolomeu VIII. Este último havia deixado dois testamentos: num nomeava os romanos como seus herdeiros, assim como fizera o rei de Pérgamo, Atala III, em 133 a.C., que deixara seu reino de herança para Roma; noutro, apontado como possivelmente falso por Mella (1981: 367), caberia a Cleópatra III, sua esposa, a escolha de quem seria o herdeiro do trono de Alexandria e Chipre, Ptolomeu IX Sóter II (conhecido como Latiro) ou Ptolomeu X Alexandre I, e a Ptolomeu Ápio legava o trono da Cirenaica. Ambos os irmãos não entraram em acordo quanto a quem deveria governar o Egito ou Chipre, provocando um novo enfraquecimento da coroa. A situação se agravou quando o Egito perdeu mais uma de suas áreas seculares de domínio, a Cirenaica, que fora legada aos romanos por Ptolomeu Ápio em seu testamento, em 96 a.C., sendo transformada em província e efetivamente ocupada por aqueles a partir de 74 a.C..

Mas o grande problema sucessório se deu em 80 a.C., quando morreu Ptolomeu IX. O trono se encontrava vazio, já que Ptolomeu X havia morrido em uma batalha, em 89 a.C., e Ptolomeu IX não tinha herdeiros legítimos. Assim, recorreu-se ao único herdeiro sanguíneo possível, Ptolomeu XI Alexandre II, filho de Ptolomeu X. No entanto, este governou poucos dias, pois, logo após assumir o trono, matou sua esposa, Cleópatra Berenice III, muito prestigiada pelos habitantes de Alexandria, sendo assim, linchado pelos mesmos.

A partir de então, a crise dinástica chegou ao seu ápice. Mas, obviamente, havia candidatos interessados em ocuparem a vaga de rei egípcio. Um deles era Cleópatra Selene, filha de Ptolomeu VI Filométor e rainha da Síria, que se julgava a única a poder assumir, em nome de seus filhos, o trono já que era a única com o sangue lágida. Contudo, Cleópatra Selene não era a melhor candidata, pois entregar o trono a ela significava unificar a coroa egípcia e a coroa selêucida em torno de uma única pessoa. Ao observar essa tentativa da rainha selêucida, o Senado romano procurou também entrar na disputa real tendo como base os testamentos de Ptolomeu VIII Evergeta II e Ptolomeu Ápio, os quais legavam o Egito à Roma e evitando que Cleópatra Selene tomasse a coroa. Entretanto, não foram os romanos quem ficaram com o trono de Alexandria. Os alexandrinos, temerosos com essa ameaça romana, decidiram colocar no poder dois filhos bastardos de Ptolomeu IX, um se tornando responsável pelo governo do Egito e outro pelo da ilha de Chipre.

Com isso, temos um rei no trono de Alexandria enfraquecido politicamente, já que não era um parente legítimo ligado a Ptolomeu Sóter e que fora posto no governo pelos alexandrinos como a melhor

opção a se evitar a anexação do Egito a Roma ou ao reino dos selêucidas. Desse modo, os egípcios conseguiram prorrogar em mais algumas décadas a sua efetiva dominação política pelos romanos.

Deste ponto em diante, nossa análise se concentrará no estudo dos contatos políticos travados entre os triúnviros romanos (César, Pompeu, Marco Antônio e Otaviano) e os últimos governantes da linhagem dos lágidas (Ptolomeu XII, Ptolomeu XIII e Cleópatra VII) no decorrer do século I a.C.. Tal destaque se dá pelo fato de observarmos que o estreitamento de tais laços políticos fez com que os interesses de um povo se misturassem com os do outro, provocando a participação pessoal de governantes egípcios no cenário político romano e de generais e banqueiros romanos junto à corte de Alexandria. Também acreditamos que os acontecimentos do século em questão sejam determinantes para a forma como o Egito se transformou e se figurou como província romana.

O ponto principal da política governamental de Ptolomeu XII Novo Dionísio concernia na compra de seu reconhecimento como rei do Egito perante aos romanos, já que não era visto como legítimo por estes por ser um filho bastardo colocado no poder pelo povo que temia o cumprimento do testamento de um dos Ptolomeus anteriores. Deste modo, foi com esse objetivo, o da compra de sua legitimidade, que Ptolomeu Aulete apoiou e ajudou militarmente Pompeu e financiou César em suas campanhas militares (MELLA, 1981: 370). Assim, o rei conseguia evitar/prorrogar a dominação do Egito, já que "a anexação do Egito estava sempre na ordem do dia em Roma" (SCHWENTZEL, 2009: 24). Porém, essa relação político-econômica com os estrangeiros repercutiu internamente no Egito de uma maneira não muito favorável ao monarca, pois, primeiramente, ao se aliar a Pompeu, Aulete acabou por abalar a pouca popularidade que tinha perante seus governados, pelo fato de o general romano ter sido o responsável por conquistar terras em nome da República romana que antigamente haviam pertencido aos soberanos lágidas, como é o caso da região da Celessíria. Com isso, o rei foi acusado de entregar aos romanos terras que já tinham sido dos egípcios, território o qual sempre esteve na pauta das desavenças e acordos políticos com os selêucidas durante os últimos séculos.

Um segundo ponto, que pode ser considerado como negativo a Ptolomeu XII, foi a resolução que ele deu para recuperar o, a beira da falência, erário egípcio, visto que os consecutivos empréstimos pegos pelo rei, muito deles juntos a banqueiros romanos, como é o caso de Rabírio Póstumo (que recebeu de Ptolomeu XII o cargo de *diocete*, ou seja, o comando das finanças do Egito, como garantia de que os empréstimos pegos pelo rei junto aos romanos fossem devidamente pagos), para o financiamento desses generais, eram superiores às arrecadações fiscais. Por mais abastado que fosse o erário egípcio, ele tinha um limite, o qual se esgotou, já que o Egito se encontrava em um processo de crise econômica desde o governo de Ptolomeu V Epifânio, quando este isentou os templos nativos dos impostos reais. Com isso, observamos uma medida fiscal de aumento dos impostos por parte do soberano e, conseqüentemente, um aumento da queda de sua popularidade junto aos nativos provocando o aumento das agitações sociais (MELLA, 1981: 370-372).

Mas a prática de financiamento empreendida por Ptolomeu Aulete obteve o resultado desejado por ele quando, em 59 a.C., César, cônsul na época, reconheceu junto ao Senado romano a sua legitimidade como monarca egípcio, através da concessão do título de 'amigo do povo romano' a Ptolomeu. Contudo, vemos que o rei do Egito não se tornara nada mais do que um mero cliente dos poderosos romanos. No trono estava um lágida, porém, este enfrentava uma forte crise econômica, um grande questionamento de seu poder por parte dos nativos e ainda estava preso aos romanos para a realização de alguns de seus poucos projetos políticos.

A sua relação com os romanos não se fecha somente nessa questão da legitimação de seu governo. Ptolomeu XII esteve muito próximo dos triúnviros romanos, principalmente Pompeu, que o recebeu em sua *vilae*, em 58 a.C., após ele se exilar em busca de apoio e proteção para poder voltar ao trono de Alexandria. O problema agora era a passividade apresentada pelo rei do Egito perante o cumprimento da *lex Clodia*, que estabelecia a conquista de Chipre pelos romanos. Ptolomeu Aulete nada fez para ajudar o irmão que acabou por se matar por não ver outra saída diante da invasão romana. Os alexandrinos se revoltaram diante da posição de seu rei e acabaram por expulsá-lo do reino. Mais uma das antigas possessões do reino dos lágidas passava para o domínio "do Senado e do povo romano", voltando a pertencer à coroa egípcia apenas em 47 a.C. quando César devolveu sua posse a Cleópatra. O Senado romano, em 55 a.C., decidiu que Ptolomeu deveria voltar para o Egito e assim enviou Aulo Gabínio, procônsul da Síria, para que tal medida fosse efetivada. Assim, Ptolomeu reassumiu o trono e permitiu que tropas romanas se instalassem nos arredores de Alexandria para realização de sua defesa (SCHWENTZEL, 2009: 26-28).

Quando Ptolomeu Aulete morreu, em 51 a.C., deixou em testamento o trono do Egito para Cleópatra VII Filopátor e Ptolomeu XIII Filopátor, seus dois filhos mais velhos, a primeira com 18 anos e o segundo com 13. Entretanto, os dois irmãos não tinham tantas afinidades, o que acabou provocando diversos confrontos entre ambos. Em uma dessas brigas, Cleópatra acabou sendo acusada de conspiração pelo conselho de ministros regentes de seu irmão (composto pelo eunuco Potino, o preceptor do rei, o estratego Áquila, comandante do exército, e Teodoto de Quios, o mestre de retórica do monarca), pois segundo eles, ela tinha como objetivo se livrar de Ptolomeu, o que a fez fugir do Egito.

A primeira grande questão imposta ao jovem rei egípcio diz respeito a quem apoiar na disputa romana, Pompeu ou César? A qual dos triúnviros se aliar, já que Ptolomeu Aulete financiou os dois? Isso se deu quando Pompeu, fugindo de César, após ser derrotado em Farsália, chegou ao litoral egípcio e pediu asilo ao rei alexandrino, visto que no passado havia abrigado seu pai em Roma e o ajudado em seus problemas dinásticos. A decisão tomada por Ptolomeu XIII, aconselhado por seus ministros, foi decisiva para a história romana e, de certo modo, também para a egípcia, pois o jovem monarca escolheu apoiar César e assim mandou matar Pompeu quando este houvesse aportado no Egito, dando um fim trágico ao triunvirato com o assassinato do general romano, em 48 a.C. (PLUTARCO, *Pompeu*, CVII-CX).

A ida de César ao Egito, logo após o assassinato de Pompeu, foi o momento oportuno para Cleópatra pedir ajuda ao general romano, para que este desse o seu parecer sobre a disputa existente no trono egípcio entre Ptolomeu XIII, seu irmão, e ela. César foi favorável a restauração de Cleópatra no poder, já que esta se encontrava 'foragida' devida a acusação de conspiração contra o rei, seguindo o testamento de Aulete. Ptolomeu XIII e seus ministros foram contrários a posição romana, o que fez insurgir em Alexandria uma guerra civil que foi vencida pelas tropas romanas a comando de César e tendo como conseqüências a morte dos ministros, do rei e, provavelmente, a destruição da famosa Biblioteca. Assim, Cleópatra retornou ao trono, ao qual logo em seguida associou seu irmão mais novo, Ptolomeu XIV, seguindo o costume faraônico. Porém, o mais importante dessa estadia de César no Egito foi o início do romance dele com a rainha. Um romance do qual nasceria a mais importante arma de Cleópatra no seu objetivo de construir um poderoso império governado por um lágida, Ptolomeu César, mais conhecido como Cesário.

A rainha lágida tinha, como nos aponta Rivero, uma grande meta política em sua vida: se tornar rainha de um grandioso império que reunisse as terras egípcias e romanas (aqui cabe lembrar que Roma detinha o domínio de áreas que outrora pertenceram aos ptolomaicos, como a Celessíria, a Cirenaica e Chipre). Ela era imbuída do ideal da reconstrução de um grandioso império como foi o de Ptolomeu III Evérgeta, o auge de sua dinastia (RIVERO, 2003: 95). Então, devemos ter em mente, que foi possivelmente com esse pensamento que ela se relacionou com os grandes generais romanos Julio César e Marco Antônio. Cleópatra sabia que o seu reino estava em xeque, pois a bacia do Mediterrâneo aos poucos estava caindo ao jugo romano e que caberia a ela promover o prolongamento de sua dinastia. Desse modo, devemos analisar a união entre ela e César e ela e Marco Antônio como um benefício mútuo, assim como foi a de Ptolomeu Aulete com Pompeu e César. Contudo, com Marco Antônio, Cleópatra tinha ainda mais um objetivo em jogo, a proteção dos direitos de Ptolomeu XV Cesário, filho de César, junto ao Senado romano.

César voltou para Roma em 46 a.C., onde recebeu do Senado diversas honrarias, dentre elas o título de *dictator perpetuus*, e assim, acumulou um grande poder político. A rainha egípcia pouco tempo depois também viajou para Roma ao seu encontro e ficou abrigada em sua casa. Porém, quem não se encontrava nem um pouco confortável com tal situação era o Senado romano, vendo Cleópatra como uma perigosa influência a César e conseqüentemente a República romana. Aos poucos os senadores viram César tomar atitudes parecidas com as de um monarca, o que não era desejável. Dessa forma, o medo de que o ditador romano centralizasse o

poder das magistraturas romanas em suas mãos fez alguns senadores tomarem uma atitude perigosa, assassiná-lo. Tal fato se deu no ano de 44 a.C. e provocou uma grande onda de agitações em Roma, primeiro quando da leitura do testamento de César que apontava a plebe urbana de Roma como uma de suas grandes herdeiras e, posteriormente, com a instauração de uma guerra civil visando o cumprimento da *lex Pedia*, com a caça dos assassinos de César, principalmente Cassio e Bruto, pelos dois herdeiros do ditador romano, Marco Antônio, considerado o herdeiro ideológico e que detinha grande prestígio em Roma, e Otaviano, o herdeiro familiar, já que era sobrinho-neto e filho adotivo por testamento. Em 42 a.C., na batalha de Filipos, os herdeiros de César obtiveram a importante vitória contra seus inimigos. Após este momento, o pacto estabelecido, em 43 a.C., entre Marco Antônio, Otaviano e Lépido, conhecido como o segundo triunvirato, foi reforçado e o poder e os territórios da República foram divididos entre os três com o objetivo de que o regime político fosse restabelecido. Cleópatra fugiu de Roma logo após a morte de César e se manteve neutra nessa briga romana a espera que algum desses generais a procurasse em busca de ajuda e foi justamente o que aconteceu quando Marco Antônio se tornou o chefe das províncias orientais, como constava no acordo do triunvirato.

Isso se inicia com o encontro entre Cleópatra e Marco Antônio, em 41 a.C., na cidade de Tarso, na Cilícia. Ele queria o apoio financeiro da rainha, enquanto ela queria o apoio de um poderoso romano para que os direitos de Cesário fossem garantidos, já que era herdeiro sanguíneo de César, apesar de isso ser irrelevante juridicamente em Roma, visto que ele não era filho nem de matrimônio legal nem de uma adoção. De fato, Cesário não havia sido nomeado no testamento de César (RIVERO, 2003: 99), diferente de Otaviano que era filho adotivo daquele. Porém, Marco Antônio e Cleópatra acabaram se envolvendo amorosamente e tendo um romance, o qual ficou sendo mal-visto pelo Senado romano, que temia mais uma vez a influência de Cleópatra sobre um de seus generais. No entanto, ao menos alguém em Roma achou muito proveitoso tal relacionamento, Otaviano, que acabou por utilizar tal ligação entre o rival e a lágida como um de seus pilares 'propagandístico' na sua disputa pelo poder republicano, pois ele sabia que a República não conseguiria ser reerguida como um dia fora e caberia a um astuto general centralizar os poderes das magistraturas e legitimar de algum modo o seu poder (CAZENAVE; AUGUET, 1995: 93). Desta maneira, a rainha egípcia passou a ser apresentada como um perigo ao *mos maiorum* romano, reforçando o temor dos mais conservadores. Seus costumes, segundo os autores antigos, poderiam arruinar os costumes romanos e imbuir Marco Antônio de um desejo de centralizar o poder em suas mãos através da constituição de um regime monárquico, como se observava no Oriente helenístico. Com esse romance, vemos mais uma vez como o trono egípcio se encontrava preso ao jogo de poder romano. Mais do que outrora, a relação entre a coroa egípcia e os magistrados romanos se estreitava. Como nunca antes visto, as decisões tomadas em Alexandria ou em Roma, se viam como decisivas para o outro lado.

Aqui cabe destacar alguns eventos que no bojo dessa relação entre os triúnviros acabaram por desestabilizá-la e dar a Otaviano alguns artifícios para utilização em sua campanha política. Quanto a Otaviano, temos as acusações de monopólio tanto das tropas de Sexto Pompeu, derrotado em 36 a.C., como o domínio sobre a península itálica. Com respeito a Marco Antônio, as críticas são: o casamento e a posterior separação entre Otávia, irmã de Otaviano, e Marco Antônio; a derrota das tropas de Marco Antônio na Partia contra o rei Fraortes e o triunfo realizado em Alexandria, após a vitória contra os armênios, governados pelo rei Artabaso, pelos soldados do triúnviro, em 34 a.C..

Também em 34 a.C., Otaviano teve a oportunidade perfeita para atacar seu rival quando este passou para as mãos de Cleópatra e de seus filhos todas as possessões romanas do Oriente, nas chamadas Doações de Alexandria, como nos apresenta com detalhes Plutarco (*Antônio*, LXXI). Para a rainha ptolomaica essa doação foi a concretização de um grande objetivo, o de reconquistar a grandiosidade dos primeiros reis de sua linhagem, pois agora o Egito possuía novamente todas as suas antigas regiões de domínio, a Cirenaica, a Celessíria e Chipre, além de toda a Mesopotâmia e a Ásia menor, sendo Cleópatra a rainha de tudo, já que seus filhos eram menores. Dessa maneira, o destino de Cesário estava garantido.

Em Roma, as doações de Alexandria não foram bem recebidas, pois Marco Antônio de uma única vez passou todas as províncias orientais, ou seja, metade das terras romanas para a monarquia helenística egípcia, mostrando estar influenciado pelo ideal monárquico e dominado pela rainha, como dizem alguns autores antigos. O que Otaviano buscou fazer, e no que foi bem sucedido, foi apontar que o modelo de restauração republicana que viria a ser adotado por Marco Antônio não seria um modelo 'natural', e sim, um retorno a uma dominação nos moldes estrangeiros, com supressão de toda a liberdade existente na República. Entretanto, como expõe Schwentzel, mesmo que Marco Antônio possa ter assumido algumas características de monarca, sobretudo no campo religioso com sua associação a Baco, o mesmo não o fez com os símbolos de poder, visto que ele não atribuiu a si o título de rei. As moedas que ele e Cleópatra cunharam juntos e mesmo as dele sozinho são bons exemplos disso, pois sua efígie é completamente desprovida de elementos de realeza como o diadema, que é presente na imagem da rainha egípcia (SCHWENTZEL, 2009: 78-81). Contudo, podemos pensar que ele também buscou através das moedas maquiar suas ações no Oriente, não se utilizando de elementos monárquicos com o intuito de não dar motivos para críticas em Roma.

Porém, a cartada final se deu quando este teve acesso ao testamento de Marco Antônio que estava depositado junto das vestais em Roma e o leu perante o Senado, sendo esta, segundo Suetônio, a causa do rompimento da fraca ligação entre os dois triúnviros. O Senado declarou

Marco Antônio como inimigo do povo romano e decretou guerra a Cleópatra (SUETÔNIO, *Augusto*, XVII). Nesse testamento, Marco Antônio ainda determinava que o seu corpo fosse sepultado em Alexandria, mesmo caso tivesse morrido em Roma, algo que provocou uma grande ira junto aos romanos (PLUTARCO, *Antônio*, LXXVI).

A partir disso, começaram as preparações para o confronto militar entre os dois herdeiros de César. Otaviano se pôs, como observamos através de suas palavras, como o representante do dito lado romano: "a Itália inteira fez, espontaneamente, um juramento de lealdade a mim e exigiu-me comandante da guerra que venci em *Actium*" (Res Gestae, V, 25). Marco Antônio tomou o outro lado e começou a se preparar para o confronto contra o seu inimigo, tendo o apoio da rainha lágida, o qual teve como lugar a região de *Actium*, na Grécia, no ano de 31 a.C..

A batalha do *Actium* se realizou inteiramente no mar, apesar de Marco Antônio saber que Otaviano tinha vantagens neste, pois suas naus eram mais leves que as egípcias e os seus soldados tinham uma boa experiência naval, adquirida na batalha entre Otaviano e Sexto Pompeu, em 36 a.C.. Durante o confronto, não havia como saber qual dos dois herdeiros de César seria o vencedor, no entanto, a sorte mudou de lugar quando Marco Antônio viu Cleópatra e suas naves saírem em fuga. Ele decidiu segui-las até o Egito.

Ao chegar ao Egito, ambos enviaram embaixadores a Otaviano, "ela pedindo o reino do Egito para seus filhos, e ele rogando que o deixasse viver em Atenas, como um particular, se César não quisesse que ele residisse no Egito" (PLUTARCO, *Antônio*, XCIV). Otaviano não se interessou pelos pedidos de Marco Antônio e disse a Cleópatra que nada lhe recusaria, contanto, que entregasse Marco Antônio a ele ou o matasse. No entanto, receando possíveis acontecimentos futuros, rumou para o Egito, via Síria. Nos arredores de Alexandria, encontrou Marco Antônio e alguns soldados que ainda restavam ao seu lado, mas não travou nenhum confronto contra ele.

Nesse período, Cleópatra, temerosa das ações de Marco Antônio, mandou lhe dizer que estava morta, o que acabou por gerar uma ação contrária, pois, ao saber disso, Marco Antônio se feriu, não gravemente, mas com o intuito de se matar. Ao saber que tudo era mentira, o general romano pediu para ser transportado até o túmulo construído por Cleópatra, no qual ela se encontrava escondida, e disse a ela, no momento em que morria, para que não lamentasse a mudança da Fortuna, visto "que então ele tinha sido vencido, não covardemente, mas com muito valor e coragem; ele que era romano, por um outro, também romano" (PLUTARCO, *Antônio*, C). Otaviano, vendo que o suicídio de Cleópatra parecia evidente, mandou Proculeio ao encontro da rainha com o desejo de evitar tal atitude, tendo este último

argumentado, como expõe Plutarco, de que Cleópatra estaria cometendo um crime contra si mesma e contra Otaviano, privando-o da ocasião de expor todo seu poder.

Otaviano chegou a Alexandria em 30 a.C., mas não a tempo de conseguir arrastar o seu principal troféu até Roma (SUETÔNIO, *Augusto*, XVII), pois Cleópatra, nos dizeres de Lévêque, preferiu "a mordedura das áspides ao carro do triunfo" (LÉVÊQUE, 1987: 41), ou seja, preferiu a picada de uma naja a entrar em Roma como uma prisioneira de guerra, onde, em 46 a.C., se apresentou como a rainha do Egito e a amante de César. Em uma cerimônia no Ginásio alexandrino, o general romano perdoou os egípcios pelos seus erros, quer dizer, por terem apoiado Marco Antônio, e assim efetivou a dominação do Egito pelos romanos (PLUTARCO, *Antônio*, CIII).

Apesar de Otaviano ter perdoado os egípcios mesmo tendo estes apoiado o casal Cleópatra e Marco Antônio, não devemos esquecer que o Egito era um importante produtor de cereais e que ir contra a população local poderia atrapalhar o processo de transformação do antigo reino dos lágidas em província romana. Outro ponto também que devemos ter em mente é que Otaviano tinha que procurar manter a fachada republicana, já que ele se dizia como o defensor das tradições, contra as quais se opunham, de acordo com sua 'propaganda', Cleópatra e Marco Antônio. Assim, ele deveria apresentar *pietas*, *virtus*, *iustitia* e *clementia*, qualidades dignas de um romano padrão (qualidades ressaltadas no escudo de ouro a ele dedicado e depositado na Curia Iulia quando da concessão do título de *Augustus* (Res Gestae, VI, 34)), o que podemos perceber a partir da forma como ele procedeu com relação aos egípcios. Otaviano apresentou, deste modo, para com os antigos súditos dos lágidas, uma postura idêntica a por si declarada, em sua *res gestae*: "Preferi conservar a destruir os povos estrangeiros a que se pôde, com a devida segurança, perdoar" (Res Gestae, I, 3). A forma como agiu contra seus inimigos após suas mortes, permitindo um funeral digno e segundo suas vontades, como nos mostra Suetônio (*Augusto*, XVII), também demonstra a atitude virtuosa que Otaviano buscava apresentar aos olhos dos romanos, sobretudo.

Quanto aos filhos de Cleópatra e Marco Antônio, os gêmeos Alexandre e Cleópatra e Ptolomeu, o general romano apresentou a mesma atitude 'virtuosa' que teve com os corpos do casal, entregando-os a sua irmã Otávia, que deles cuidou como seus filhos, como aponta Plutarco (*Antônio*, CIV). As exceções a tal ação virtuosa foram os tratamentos dados a Antilo, filho mais velho de Marco Antônio com Fúlvia, e Cesário, que após tentar fugir do Egito foi traído por seu preceptor e entregue a Otaviano, que o matou, assim como a Antilo.

"Anexei o Egito ao império do povo romano" (Res Gestae, V, 27). Assim Otaviano apresentou a sua conquista do Egito em sua *res gestae*, porém, a província do Egito, que foi, inicialmente, deixada ao

governo de Cornélio Galo, amigo de Otaviano, não adquiriu o *status* de uma simples província de Roma. Como expõe Donadoni, "o imperador reservou ciosamente a província do Egito à sua administração direta, negando ao Senado qualquer espécie de atribuição sobre ela", sendo o cargo de governador da província, *praefectus Aegyptum*, só ocupado apenas por um eqüestre nomeado pelo imperador, como era o caso de Galo (DONADONI, 1983: 205-206). Chegou até mesmo, como apresenta Tácito, a proibir a entrada na província dos senadores sem sua autorização (TÁCITO, *Anais*, II, 59). Possivelmente seu intuito era evitar que essa região, que viria a ser futuramente considerada um dos celeiros do Império, a qual possibilitou a sua ampla política de distribuição de trigo à plebe urbana e um afluxo de capital ao tesouro pessoal do príncipe, caísse nas mãos dos senadores como ocorreu com os demais *ager publicus*. Também estacionou três legiões no Egito para que estas mantivessem a ordem pública e acelerassem os trabalhos de reconstrução dos canais, parados durante os últimos anos e necessários para a produção agrícola (SUETÔNIO, *Augusto*, XVIII).

Ao retornar a Roma, Otaviano foi aclamado pelo povo. A República, segundo alguns, estava a salvo e a paz teria lugar, já que ele era o único senhor de Roma, estando Marco Antônio morto e tendo sido a maioria dos membros das antigas facções aristocráticas eliminados durante a guerra civil das últimas décadas. Otaviano soube se impor no cenário político romano, mas não com a supressão da *libertas*, e sim, com a sua superioridade na *auctoritas*, o que o punha acima dos senadores (Res Gestae, VI, 34). Ele, através de sua grande habilidade política, soube dotar Roma de um novo sistema político (ALFÖLDY, 1989: 109). Otaviano buscou criar um discurso que o apresentava como o restaurador da República e todas as suas ações, ao menos na aparência, visavam salientar essa intenção. Ele queria respeitar as formas tradicionais, embora estas estivessem praticamente vazias de conteúdo.

Considerações finais

Aquele que, influenciado pela Indústria Cultural e pelo senso comum, poderia ter anteriormente pensado que o primeiro contato entre os romanos e os egípcios havia se dado somente em fins do século I a.C., com a 'bela' Cleópatra, agora se sente um pouco perplexo ao observar que há muito mais elementos no meio dessa relação política do que imaginava. Somos muito facilmente seduzidos pelas encantadoras representações da rainha egípcia e de seus relacionamentos amorosos com o seu fim trágico, sem que todo o contexto político anterior e posterior a esse curto reinado seja levado em conta quando visualizamos tais imagens.

No entanto, a conquista do Egito por Otaviano se insere em um contexto muito mais amplo e complexo e representa muito mais do que apenas um simples apêndice da história romana, como nos é passado. Muito pouco nos é transmitido nas escolas ou nas produções literárias, acadêmicas ou não, e cinematográficas sobre os reis lágidas anteriores a Cleópatra e de que maneira ocorreram as interações desses com os magistrados romanos. Porém, não se tem como entender o modo como o Egito passou

para o domínio dos Césares sem ter em mente o processo de expansão territorial e de crise política romana, juntamente com as constantes querelas das dinastias herdeiras do Império de Alexandre, internamente e/ou entre elas. Representando este, desse modo, um período ímpar da história do Mediterrâneo, sendo sim decisivo tanto para a história romana quanto para a egípcia. Mas, não como pressupõem Martin (1995: 12-13) e Cazaneve & Auguet (1995: 95), com a supressão de um mundo helenístico por um mundo genuinamente romano.

A partir desse recuo temporal, observamos como estes dois povos já travavam contatos dessa natureza desde a virada do século III para o II a.C., mesmo que de uma forma mais limitada, e que tais políticas entre ambos devem ser entendidas dentro do quadro de equilíbrio das forças no Mediterrâneo oriental. Contudo, o caso egípcio se pôs como algo diferente dentro da lógica romana de anexação dessas áreas ao seu império territorial republicano, tanto por questões propriamente romanas, quanto por artimanhas utilizadas por governantes lágidas, sobretudo os dois últimos, Ptolomeu XII Aulete e Cleópatra VII Filopátor. Mesmo a conquista do Egito estando, a partir do início do século I a.C., na ordem do dia em Roma e na pauta de interesses dos generais romanos, os problemas egípcios acabaram por se misturar com os interesses romanos na região, o que mudou o rumo do que poderia ter sido uma comum vitória militar e anexação de uma área a SPQR em uma grande cena que acabou por servir como artimanha de legitimação do surgimento de uma nova forma de governo entre os romanos.

Referências bibliográficas

ALFÖLDY, Géza (1989), *A história social de Roma,* Lisboa, Presença.

BRAUDEL, Fernand (1982), *A longa duração*, In *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, p.7-70.

CAZENAVE, Michel; AUGUET, Roland (1995), *Os imperadores loucos: ensaio de mito-análise histórica*, Mem Martins, Inquérito.

CLÍMACO, Joana Campos (2011), A representação dos reis ptolomeus do Egito segundo a tradição clássica, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, p.1-18.

DONADONI, Sergio (1983), *O Egito sob dominação romana*, in G. Mokhtar *História Geral da África: África Antiga*, São Paulo, Ática/UNESCO, p. 179-203.

GONÇALVES, Ana Teresa. M. (2009), *Júlio César e Cleópatra na Obra História Romana de Dion Cássio*, in Fábio de Souza Lessa; Regina Maria da Cunha Bustamante orgs. *Dialogando com Clio*, Rio de Janeiro, Mauad, p. 141-154.

HUZAR, Eleanor G. (1988), *Augustus, heir of the Ptolemies*, in Hildegard Temporini ed., *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, Berlin, Walter de Gruyter & Co., II., 10.1, p.343-382.

LÉVÊQUE, Pierre (1987), *O mundo helenístico*, Lisboa, Edições 70.

MARTIN, Paul M. (1990), *Antoine e Cléopâtre: la fin d'un rêve*, Bruxelles, Éditions Complexe.

MELLA, Federico A. Arborio (1981), *O Egito dos faraós: História, civilização, cultura*, São Paulo, Hemus.

PEREMANS, Willy; VAN'T DACK, Edmond. (1972), *Sur les rapports de Rome avec les Lagides*, in Hildegard Temporini ed., *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, Berlin, Walter de Gruyter & Co., I, 1, p. 660-667.

PLUTARQUE (1973) *Pompée*, in *Vies*. Texte établi et traduit par Robert Flacelière et Emile Chambry, Tome VIII, Paris, Les Belles Lettres.

PLUTARQUE (1977), *Antoine*. In *Vies*. Texte établi et traduit par Robert Flacelière et Emile Chambry. Tome XIII. Paris: Les Belles Lettres, 1977.

AUGUSTO (2007), *Res Gestae Divi Augusti*, in *A Vida e os Feitos do Divino Augusto*/textos de Suetônio e Augusto, Trad. Matheus Trevizam; Antonio Martinez de Rezende, Belo Horizonte, Editora UFMG.

RIVERO, Pilar (2003), *A política externa de Cleópatra VII Filopátor*, in Pedro Paulo A. Funari org., *Amor, desejo e poder na Antiguidade: relações de gêneros e representações do feminino*, Campinas, Editora da Unicamp, p. 95-112.

SCHWENTZEL, Christian-Georges (2009), *Cleópatra*, Porto Alegre, L&PM.

SUETÔNIO (2007), *Vida do Divino Augusto*, in: A *Vida e os Feitos do Divino Augusto* / textos de Suetônio e Augusto, Trad. Matheus Trevizam; Paulo Sérgio Vasconcellos, Belo Horizonte, Editora UFMG.

TÁCITO (s/d), *Anais*, Rio de Janeiro, Edições de ouro.

Sobre o autor

Luiz Henrique Souza de Giacomo é graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), instituição na qual efetuou a pesquisa, para obtenção do título de bacharel, sob orientação da professora Ludmilla Savry Almeida, que é parcialmente apresentada no artigo aqui publicado. Atualmente é mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), sob orientação do professor Marcelo Rede.